

MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19 ADOTADAS PELO IFPR – CAMPUS IRATI E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOB UM OLHAR CTS

Data de aceite: 01/04/2024

Silvio Antonio Rodrigues Martins Junior

Doutorando do Programa De Pós-Graduação Em Tecnologia E Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica do Paraná - UTFPR

Marta Silva Lima Mondini

Doutoranda do Programa De Pós-Graduação Em Tecnologia E Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica do Paraná - UTFPR

Nestor Cortez Saavedra Filho

Doutor, Universidade Tecnológica do Paraná - UTFPR

RESUMO: O sucesso da educação nas escolas públicas é determinado por vários fatores e um deles é o papel da gestão escolar que precisa lidar com diversos desafios, necessita criar estratégias para aumentar a qualidade do ensino, promover a retenção e reduzir a evasão. A pandemia da COVID-19 agravou os problemas existentes na escola pública e trouxe novos obstáculos. Nesse cenário, o estudo visou investigar as estratégias de enfrentamento da Covid-19 adotadas pela instituição para a continuidade do processo de ensino-aprendizagem com uma visão CTS, onde

a ciência e a tecnologia não são entidades isoladas, mas sim produtos e processos construídos por pessoas e influenciados por valores, interesses e contextos sociais. Trata-se de um estudo de caso de abordagem quantitativa, de cunho descritivo e exploratório, tomando o IFPR-Campus Irati como campo empírico. O espaço amostral foi de 489 alunos sendo que 70,58% participaram efetivamente da pesquisa. Desses, inicialmente 21,56% acessavam o conteúdo pelo celular, 25% sem pacote de dados, e de imediato, 13,23% solicitaram transferência. As ações de gestão atingiram à 83% dos discentes de forma direta. O estudo mostra a necessidade de rastrear os indicadores sobre a efetividade e as consequências das ações tomadas, além de apontar limites, pois 1,38% dos alunos não foram alcançados por nenhuma das ações empregadas. Os resultados apontam que apenas a abordagem com um viés tecnológico, provendo o acesso, não basta, é necessário atenção aos condicionantes sociais que também podem influenciar o engajamento dos alunos nas atividades propostas.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19, Educação Profissional e Tecnológica, Medidas de Enfrentamento.

INTRODUÇÃO

A pandemia da covid-19 evidenciou uma nova necessidade para as pessoas que foi se adaptar a uma nova forma de viver, seja no aspecto pessoal, como também no trabalho e no setor educacional. Os atores envolvidos no processo educacional necessitaram se adequar a uma nova forma de ministrar e assistir aulas, já que o isolamento social exigido pela pandemia impôs a ampliação de uma metodologia que antes era apenas utilizada para ensinamentos à distância, para níveis superiores, passou a ter que ser aplicada desde o ensino básico.

O ensino mediado por tecnologia teve sua penetração e abrangência rapidamente ampliadas para se adequar a essa realidade vivida nesse período de pandemia. A simbiose entre tecnologia e sociedade é relatada por Winner (1986) quando este afirma que não é só a sociedade que determina a tecnologia, a tecnologia também ajuda a determinar a sociedade, reforçando algumas formas específicas de poder, controle, dominação e supervisão (estrutura social, econômica e política).

Não é de hoje que as contradições entre os processos científicos e tecnológicos se tornam evidentes e que ficam no centro das discussões: em determinados períodos históricos, por exemplo, ciência e tecnologia já foram consideradas como motor do progresso, em outros como solução ou parte dos problemas da sociedade. Compreender estes conceitos e contradições se faz importante, pois o conceito de ciência e tecnologia muitas vezes, “modelam” as políticas de estado podendo aumentar ou diminuir as desigualdades sociais (VELHO, 2011).

Nessa esteira, há uma grande disparidade entre as classes sociais, pois os acessos às tecnologias são diferentes. Segundo Cgi.Br (2020), 39% dos estudantes do ensino básico de escolas públicas urbanas não têm computador ou tablet em casa. Nas escolas particulares, o índice é de 9%. Ao considerar a conectividade, 21% dos alunos de escolas públicas só acessam a internet pelo celular. Na rede privada, o índice é de 3%, sendo que as classes A, B e C possuem 71,9% dos alunos em escolas privadas de ensino básico. Já as classes D e E representam 86% dos alunos matriculados na rede básica de ensino público. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2020). Esse desequilíbrio acaba por criar um abismo entre os alunos que possuem esse acesso e aqueles menos abastados que não possuem contato com essa tecnologia exigida por esse ensino tecnológico.

Talvez, futuramente, as estatísticas se debrucem nas boas experiências do ensino remoto e as desigualdades desse acesso sejam deixadas de lado. Como discute Santos (2007, p. 71), “o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal”, ou seja, há um “abismo”, uma disparidade entre um sistema visível e invisível, entre o que há “deste lado da linha” e do “outro lado da linha”. Assim, há uma tendência em ocultar o que há do outro lado da linha, “a divisão é tal que o outro lado da linha desaparece como realidade, torna-se inexistente e é produzido como inexistente” (SANTOS, 2007, p. 71).

Com base nesse esclarecimento da atual conjuntura educacional, vários questionamentos se apresentam, pois é preciso observar até que ponto a tecnologia favoreceu os estudantes ou se estes foram excluídos, aumentando a desigualdade social que muitos já vivenciam, observar se a tecnologia colaborou com o trabalho docente, e se essas mudanças no período pandêmico poderão ser consideradas futuramente como um avanço ou algo prejudicial à humanidade.

Esse trabalho visou mapear as principais políticas adotadas no Instituto Federal do Paraná Campus Irati, para enfrentar seus problemas relativos ao acesso à educação gerados no contexto da pandemia COVID-19, identificando quais foram as políticas adotadas para as atividades remotas no ano letivo, as principais alterações provocadas no processo seletivo e analisar os dados com vistas ao resultado das políticas aplicadas e suas consequências.

Possui então, como universo a ser observado o grupo de alunos regularmente matriculados no ensino médio do IFPR campus Irati. O processo de coleta de dados foi realizado mediante manifestação com instrumentos legais de consentimento, o que determinou efetivamente o tamanho da amostra pesquisada.

METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se por um estudo de caso.

A proposta desse projeto é a realização de uma pesquisa cuja natureza é aplicada e de caráter interpretativo, visto que seu maior objetivo é realizar uma análise e traduzi-la em aprendizado para uma situação recém vivida pelos discentes IFPR Campus Irati.

Foram utilizados como procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica / documental, a partir das leituras de materiais recém publicados sobre o tema; o levantamento, a partir da elaboração e envio de questionário on-line, por meio da ferramenta *Google Forms*, ao qual responderam um representante de cada aluno matriculado na instituição de ensino IFPR Campus Irati.

Os critérios tomados para a análise dos dados foram analíticos e descritivos, pois preveem a interpretação e a análise dos dados tabulados automaticamente pela ferramenta digital. A análise dos resultados e discussão será desenvolvida a partir das evidências observadas nos dados coletados, de acordo com a metodologia aqui traçada, com relações feitas através do referencial teórico.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação brasileira possui um contexto social, no qual o processo educacional é mediatizado basicamente pela família (quando esta atua) e instituições de ensino. A escola sempre trouxe a todos a ideia de alfabetização e conhecimento, desde ensinar o “be-a-bá” até a formação profissional, todavia, se faz ressaltar que com a chegada das inovações

tecnológicas na educação, a perspectiva nem sempre foi de ampliar o acesso ou incluir a todos nesses processos, muitas vezes, o denominado ensino tecnológico acabou por aumentar ainda mais o abismo da divisão de classes:

Em países subdesenvolvidos, que são industrializados e urbanizados, mas cultural e politicamente atrasados, as desigualdades sociais são exacerbadas pelo avanço tecnológico. Isso acontece porque esses países importaram os aspectos negativos do desenvolvimento, como poluição e concentração urbana, sem obter os benefícios sociais e políticos. Como resultado, eles continuam enfrentando problemas tradicionais, como estruturas agrárias antigas e políticas oligárquicas, que são agravados pela eficácia das tecnologias modernas, resultando em desafios sem precedentes em sua história (BELLONI, 2002).

Discutindo o abismo da divisão de classes, Santos (2007) argumenta que, a dualidade do pensamento abissal (“o lado de cá da linha e o lado de lá”), foi profundamente implantada na sociedade pelas forças capitalistas.

O investimento do Estado em educação apenas para atender a demanda gerada pela economia capitalista é discutido por Habermas *apud* Freitag (1994) em sua teoria crítica, quando mostra que a racionalidade técnica decorre de uma organização de forças produtivas para gerar o máximo de lucro possível e a sobrevivência material da sociedade capitalista. Trata-se de uma visão sistêmica, onde a economia e o poder “colonizam” outras esferas da sociedade, impondo sua lógica da razão instrumental. Para Habermas, “a modernidade se caracteriza por ter criado uma disjunção, um hiato, entre o mundo vivido e o sistema. (...) a integração sistêmica não coincide com a integração social” (FREITAG, 1994, p.34).

A educação remota, mediada pela tecnologia, teve que ser implantada às pressas, pois no início de 2020, as autoridades da saúde indicaram que a contaminação do novo coronavírus estava avançando e que a volta das escolas e universidades no modelo presencial colaboraria ainda mais com esta contaminação e o isolamento social seria a melhor opção para conter o vírus (Brasil, 2021). Assim, há aqui uma grande disparidade entre aqueles que possuem aos equipamentos que lhes garante o direito de ter acesso à educação digital, daqueles menos abastados que sequer possuem uma televisão em casa, quicá um computador e internet para lhes permitir assistir às aulas virtuais.

Desta maneira, entende-se que o pensamento científico não é distribuído de forma equitativa, como discute Santos (2007), pois para a sobrevivência do pensamento abissal, o plano é manter os sujeitos “do lado de cá da linha” como sujeitos do conhecimento, enquanto os “do lado de lá” são considerados meros objetos do conhecimento: “as intervenções do mundo real por ele propiciadas tendem a servir aos grupos sociais que têm maior acesso a esse conhecimento” (SANTOS, 2007, p. 87).

Na instituição, após ter sido decretada a pandemia, houve o período de isolamento e suspensão do calendário acadêmico. Em seguida, pressionados pelo Estado que

passou a prover aulas televisionadas e pelos pais que começaram a vislumbrar possíveis complicações no tocante à preparação de seus filhos com foco nos concursos vestibulares, foi adotado o que se chamou de “Atividades Pedagógicas Não Presenciais”. Essa prática foi realizada com calendário suspenso e de maneira opcional para o docente e para o discente. Foi o começo de uma trama que ainda não chegou ao final. Basicamente foi um movimento de resposta para a sociedade de que alguma “coisa” estava sendo feita. Essa “metodologia” foi prorrogada por 3 vezes em 4 meses até a adoção de uma outra estratégia que foi chamada de “Regime Didático Emergencial”. Diferença? Fim da opcionalidade e início da obrigatoriedade. Nesse intervalo de tempo, o que foi feito para com os professores? Preparo? Instrumentalização? Alguma capacitação? Não, no máximo discussões sobre direitos autorais de aulas gravadas em vídeo. E os alunos? Parte do processo opcional adotado anteriormente vinha sempre embasado pelo fato de que como não se sabia se os alunos tinham ou não acesso, não poderiam obrigar a participação.

Somam-se a esse contexto as alterações sociais causadas pela pandemia, dentre as quais é possível citar os alunos que perderam parentes ou pais, alunos que se viram obrigados a cuidar dos irmãos menores, pois os pais tiveram que retornar ao trabalho enquanto as escolas ficaram no “online”.

De acordo com Santos (2007), para que uma nova realidade, mais inclusiva e emancipadora seja possível, é necessário primeiramente reconhecer as diferentes formas de exclusão. Com esta consciência, a perspectiva inclusiva, progressista e emancipadora pode colaborar não somente com a classe de trabalhadores, mas com uma sociedade inteira. Estudantes incluídos e emancipados transformarão não somente a sua realidade, mas a de sua família e a de sua comunidade.

Apesar das dificuldades de acesso à tecnologia e das desigualdades evidenciadas, muitas aprendizagens estão sendo construídas por meio do sistema remoto de ensino, principalmente com relação à mediação tecnológica. Professores e professoras têm construído conhecimento e se reinventado em sua ação docente, pois, seu planejamento precisa atingir todos os estudantes nas aulas on-line, a linguagem precisa ser acessível a todos, e a mediação tecnológica está mais evidente, pois a interação antes presencial, precisa acontecer agora de forma remota. Este conhecimento e toda a sua complexidade precisa fazer sentido no planejamento da escola e no planejamento do sistema educacional. É importante aprimorar o conceito de mediação tecnológica com a experiência de estudantes e professores com as aulas on-line.

Em relação à adesão de estudantes à educação remota, o abandono e a evasão tomam números alarmantes, mesmo com todas as iniciativas da escola em ofertar atividades impressas, livros, buscas a estes estudantes por parte da equipe pedagógica, oferta de equipamentos para assistir às aulas, entre outras iniciativas. Essas iniciativas inclusive geram reflexões pela busca de um ponto de equilíbrio financeiro, pois Breda (2015) considera que o motor da tecnologia no capitalismo é a busca por um lucro maior e

essas ações de retenção possuem um custo que ainda não se sabe se será maior ou menor do que o lucro alcançado. Assim, é necessário pensar em como diminuir os índices de abandono e evasão escolar e discutir como fazer com que a tecnologia favoreça o processo de ensino-aprendizagem desses estudantes ao invés de excluí-los da escola.

Estes são alguns dos problemas educacionais trazidos ou evidenciados pelo período pandêmico vivido, mas que não pode deixar de registrar ou discutir, pois estas discussões podem trazer pistas de como melhorar a educação brasileira.

DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÃO)

A ciência e tecnologia muito evoluíram, especialmente nessa adaptação em tempo recorde, para transformar o ensino em sala de aula em ensino virtual, mas esse desenvolvimento acabou por acentuar a desigualdade social, visto que a sua regulação não se dá através da imposição de limites ao desenvolvimento dessa tecnologia, mas de uma correta supervisão daqueles que deveriam verificar se esse ensino virtual está sendo “útil” para todos os alunos, pois além dos casos em que o aluno não possui os equipamentos necessários para assistir as aulas, também deve ser considerado que muitos desses também não possuem suporte familiar para lhe ajudar com as tarefas e aplicação do ensino passado pelo vídeo, pois se estivesse em sala de aula teria o acompanhamento presente do professor para lhe tirar as dúvidas, ou seja, há uma grande disparidade de pontos de vista, graus de informação, nível de consciência e do poder de cada um devido ao grupo social a que pertencem, sendo que a única coisa que se pode ter certeza é de que essa geração que agora depende desse sistema de aula virtual terá um nível de aprendizado diferenciado. O que não se sabe é se essa diferença será para cima ou para baixo.

Os dados coletados nos formulários propostos foram transportados para um aplicativo de planilha eletrônica para facilitar a manipulação das informações ali reunidas. Em um primeiro momento, o calendário acadêmico fora suspenso, período esse em que os alunos ficaram sem aulas até que alternativas viáveis fossem avaliadas e postas em discussão. Passados aproximadamente 50 dias com o calendário suspenso as “aulas” foram retomadas em um modelo em que a “presença” do discente poderia ser considerada como opcional. As aulas eram gravadas e se cobrava do aluno apenas as entregas de atividades ali propostas. O docente fazia a gravação da aula e disponibilizava ao aluno em uma ferramenta fornecida pela instituição, no caso o *Google Classroom*. Essa decisão de não obrigatoriedade de assistir aulas por exemplo de maneira online deu-se principalmente pela realidade social na qual a instituição de ensino está inserida, uma instituição pública com predominantes vistas à inclusão.

Ações e reflexos na captação de novos alunos:

Comprovada a natureza de cotas sociais da instituição, para o ano de 2022, a administração realizou algumas alterações no edital do processo seletivo. A mais divulgada

e difundida advém do próprio mecanismo de seleção, que deixou de ser uma prova escrita como nos anos anteriores, passando para sorteio público em 2021 e 2022. Uma outra alteração se fez necessária pois até 2020, existia uma banca examinadora, composta por representantes da classe médica, representantes da instituição e da sociedade civil organizada para análise das pessoas classificadas às vagas de portadores de deficiência. Esses membros eram convocados para bancas presenciais específicas de comprovação de deficiências e cotas. Porém, em 2021, não foi possível realizar a comprovação de maneira presencial, ficando a cargo de um processo administrativo a comprovação seja da deficiência ou da cota pois não estava previsto no edital a solicitação de laudos médicos ou bancas virtuais, o que acabou por acontecer a partir do processo seletivo 2022. Assim, para 2022 ficou previsto em edital: que todos os candidatos convocados, na chamada geral e nas chamadas complementares, caso haja impedimentos de ordem sanitária, as bancas de validação poderiam acontecer de forma remota, conforme procedimentos a serem estabelecidos, tempestivamente, em edital específico do campus. Além dessas alterações de relativo impacto, uma que passou praticamente despercebida pela comunidade foi uma tentativa de minimizar a baixa procura pelas vagas dos cursos: A modificação foi a inclusão de uma cláusula no Edital abrindo a possibilidade aos candidatos que, mesmo inscritos em vagas reservadas para inclusão, em cursos em que o número de candidatos convocados em quaisquer chamadas for inferior ao número de vagas, serão dispensados das bancas de validação. Essa decisão foi uma medida paliativa da administração para tentar evitar que turmas não fossem completadas no processo seletivo.

Essa redução deu-se basicamente pois o ano letivo de 2020 passou a não coincidir com o ano civil de 2020 em função da suspensão do calendário. Enquanto outras instituições tanto públicas quanto privadas retomaram as aulas (e conseqüentemente o calendário acadêmico) seja com transmissões pela TV, com conteúdo gravado ou em alguns casos 100% online, a instituição ficou quase 50 dias sem atividades acadêmicas até a efetiva retomada do calendário. Como consequência imediata o ano letivo de 2020 terminou apenas em 2021, quando a maioria os pais já haviam realizado matrículas em outras escolas, ficando a instituição em uma situação delicada. Por ser ensino médio, os pais são obrigados a matricular seus filhos. Compreensivelmente, a grande maioria dos pais não ficou literalmente “contando com a sorte” e aguardando o resultado do sorteio (que só foi realizado em abril) para matricular seu filho, então realizou a matrícula em outros colégios, ficando a instituição como uma segunda opção.

Nesse contexto, a ação administrativa de isentar as bancas aparenta não ter surtido o efeito esperado pois em 2021 uma turma do período da tarde não foi aberta e em 2022 as duas turmas da tarde não tiveram ingressantes, sendo que no mínimo, historicamente sempre tiveram duas turmas matutinas e duas turmas vespertinas, chegando a ter por dois anos consecutivos, em 2018 e 2019 três matutinas e duas vespertinas.

Ações e reflexos na conduta didático pedagógica, retenção e evasão: Uma vez com alunos “calouros” e veteranos regularmente matriculados, foi realizada a análise de indicadores de acessibilidade digital. Um formulário digital foi passado para que os responsáveis pelos alunos respondessem, dentre outras questões, se possuíam acesso à Internet. Dos 408 alunos que responderam ao questionário, apenas quatro responderam que não tinham acesso à Internet. Esse número deixou a administração otimista por julgar ser um valor baixo, considerando novamente a natureza inclusiva social da instituição. Porém não é possível esquecer que, na existiu uma certa incoerência no formato do levantamento realizado e no resultado obtido. Como responder a um questionamento feito pela Internet se um estudante tem ou não acesso à Internet? Diante desse fato, optou-se por considerar que, os que não haviam respondido era porque não tinham acesso à Internet. Com isso o número subiu para oitenta e cinco os que não possuíam acesso: quatro que haviam de alguma forma respondido ao formulário e oitenta e um que estavam matriculados e não enviaram retorno.

O mesmo formulário questionou sobre em qual tipo de dispositivo o aluno teria acesso à Internet sendo dadas como opções o aparelho de telefonia celular (*smartfone*), tablet ou computador, podendo o indicar mais de um dispositivo. O resultado obtido foi que acessam somente por celular 88 alunos ou 21,56% do total. Acessam somente por computador 8, o que representou 1,96% da amostra. O acesso somente por tablet não foi escolhido por nenhum dos alunos, porém o dispositivo aparece conjugado com os outros: Dois dizem ter acesso à Internet tanto por computador quanto por tablet, um com acesso pelo telefone celular e pelo tablet; 25 alunos pelos três dispositivos, tanto celular, tablet e computador e o maior valor foi encontrado em computador e celular como dispositivos com acesso à Internet com 280 alunos. Esse tipo de informação serviu para subsidiar a equipe pedagógica sobre qual seria a melhor estratégia didática a ser adotada. Por exemplo, uma recomendação foi dada aos docentes que, ao se utilizarem de aplicativos gerenciadores de conteúdo em tela, que o fizessem com letras grandes, nem que o conteúdo ficasse dividido em várias passagens pois consideram que a visualização em aparelhos de telefonia celular não favorece uma tela com muito conteúdo (texto) em pouco espaço.

Também foi obtido o dado sobre a forma como se tinha acesso à Internet e se o aluno possuía alguma limitação de acesso aos dados de internet. Esses dados foram obtidos com o objetivo de mapear a abrangência do acesso quanto a forma e quantidade para com isso verificar qual a melhor opção de visualização, de tempo de acesso e qualidade que o discente poderia ter. Por exemplo, praticamente 25% disseram não ter um pacote de dados ilimitado. Se considerar o número dos que não sabiam responder, esse número sobe para 54%. Por isso, com os dados obtidos não foi possível ter uma real noção do acesso do aluno, principalmente sobre a limitação ou não do tráfego dos dados, assumindo-se o risco de disponibilizar muitas vídeo aulas e o aluno consumir seu plano de dados em pouco tempo, sendo necessário a aquisição de um outro plano – situação antagônica ao propósito de inclusão da instituição.

Diante do cenário descrito, seria possível então realizar a oferta de aulas “online” durante o período de aula, conforme calendário acadêmico e horários de aula criados antes do período pandêmico, buscando uma proximidade maior com o que existia no ensino presencial? Inicialmente não. A instituição permaneceu com a metodologia de aulas gravadas e entrega de trabalhos por mais algumas semanas até que as medidas mitigatórias fossem implementadas e, desse ponto em diante as aulas passariam a ser “ao vivo”, com chamada, exercícios de forma análoga ao presencial.

Uma das ações mitigatórias foi a realização de empréstimos de equipamentos de informática da própria instituição. Os equipamentos patrimoniados foram cedidos aos alunos para que pudessem acompanhar as aulas. Paralelamente à essa ação, foram fornecidos modems 4G (através de edital) pois de pouco adiantaria o artefato tecnológico sem o acesso à Internet.

Após a implementação dos processos mitigatórios descritos as aulas foram retomadas de maneira 100% online e respeitando-se os horários previamente estabelecidos para as turmas. A pressão da sociedade que era grande, uma vez que era a única instituição que não havia retomado as aulas de forma online diminuiu e a impressão que tentou-se passar é de que estaria tudo resolvido, no entanto outras variáveis precisavam ser analisadas. Uma delas foi o “custo” de um certo tempo de “paralisação” uma vez que inicialmente houve uma demora de aproximadamente 50 dias, o calendário acadêmico apresentou-se suspenso nesse período, para que o primeiro modelo de aulas, as vídeo aulas começasse efetivamente a funcionar.

Uma consequência direta dessa variável foi a evasão da instituição, não necessariamente evasão escolar pois como alunos do ensino médio precisam estar matriculados por questões de legislação. De 489 alunos, 54 alocados basicamente no último ano solicitaram transferência para outras instituições motivados principalmente pelo encerramento do ano letivo não respeitar mais o ano civil, o que seria impossível pois o calendário acadêmico fora suspenso e retomado apenas quando da adoção desse regime de vídeo aulas. Dessa forma, pais, responsáveis e os próprios alunos preocupados com os processos seletivos das universidades, ao saberem que o filho não estaria com o ensino médio concluído no final do ano civil, providenciaram mudança para outras instituições de ensino, em sua essência, privadas, para que seus filhos concluíssem o ensino médio dentro do mesmo ano civil, podendo adentrar à faculdade segundo as regras da mesma. Embora o número seja expressivo, 84% dos que solicitaram transferência, faziam parte dos 20% que entraram sem cotas na instituição, ou seja, eram discentes que, em teoria teriam condições de arcar com o dispêndio financeiro resultante da transferência para instituição privada. No entanto, a situação estava apenas contornada. Um total de 8 alunos não tinham computadores em casa, tampouco acesso à Internet. Todas as ações tomadas não tiveram impacto sobre esses alunos pois eles moram em uma localidade que não é coberta por sinal de telefonia celular, ou seja, por mais que fossem cedidos equipamentos e modem para acesso, esses alunos continuaram sem poder assistir as aulas. Para essa situação

específica, foram disponibilizados pen drive com as vídeo aulas gravadas e materiais impressos para esses alunos. Temporalmente o problema não foi solucionado a contento pois no momento em que as aulas foram retomadas 100% online, elas deixaram de ser gravadas.

Possível concluir que, apesar dos esforços realizados, não foi viável atender a todos os alunos de maneira igualitária. Fato é que esses 8 alunos mais visivelmente prejudicados, que realmente não tiveram as mesmas condições de ensino não só pelo acesso ao material ou forma de acesso à esse, mas também não tinham nenhum suporte acadêmico ou pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou identificar e analisar algumas das ações tomadas pelos diretores do IFPR durante a pandemia provocada pela Covid-19. Os resultados da presente pesquisa apontaram que, enquanto as instituições da rede privada de ensino estavam, de alguma forma, oferecendo a educação remotamente, as escolas da rede pública ainda não haviam iniciado essa ação, o que acentuou o cenário das desigualdades educacionais. O período de pandemia não foi fácil em nenhum cenário social e, nos espaços educacionais, isso não foi diferente. Escolas, universidades, docentes e estudantes tiveram que se reinventar e os processos tecnológicos nunca estiveram tão presentes no processo de ensino-aprendizagem. Como discute Léa Velho (2011), compreender os processos tecnológicos e como eles se dão na sociedade atual, é algo que se torna importante, pois, muitas vezes, são esses processos tecnológicos que modulam e orientam as políticas, que podem ampliar ainda mais as desigualdades sociais já existentes.

Essas discussões fazem-se importantes para o desvelamento do que acontece do “lado de cá da linha”, como discute Santos (2007), como a exploração da força do trabalho ou a dependência tecnológica discutidas por Breda (2015). Esse conhecimento das linhas distintas fortemente traçadas dividindo os mais favorecidos dos menos favorecidos (SANTOS, 2007), ajudará a um posicionamento mais crítico, fortalecendo um pensamento mais plural e equânime, construindo uma ecologia dos saberes, num tempo de pensamento pós-abissal, que diminua o abismo das desigualdades.

Dessa forma, analisar os impactos advindos de todo o processo de tomada de decisão e das alterações que se fizeram necessárias são caminhos para novos estudos. Um desses estudos é a preparação do docente para as alterações que foram impostas pela nova metodologia de ensino. Todos eles eram professores, porém na modalidade presencial. Pouco haviam tido experiência com o online. Estavam devidamente preparados? Dominavam a(s) tecnologia(s)? Uma aula presencial é diferente de uma gravada ou mesmo online, houve acompanhamento pedagógico? Possuíam os recursos necessários para gravações ou mesmo edição das aulas gravadas em vídeo?

Uma outra análise que é necessária versa sobre o rendimento acadêmico. Um levantamento prévio dados demonstra que foi aquém do que poderia ser considerado historicamente normal. Sempre tomando aluno como unidade, no primeiro ano foram 19 reprovações e 6 alunos em dependência. No segundo ano foram 17 reprovações e 11 dependências e para o terceiro ano foram 9 reprovações e 5 dependências. Nunca, nos dez anos de instituição, as reprovações passaram de dois dígitos. Vale ressaltar que, por decisão do Conselho Diretivo da Instituição, durante o período de pandemia, o aluno reprovaria caso não obtivesse êxito em 5 disciplinas. Em tempos “normais”, três disciplinas reprovadas já conduzia o aluno à reprovação, menos que isso ficava em dependência, com a obrigatoriedade de frequentar as dependências em contra turno.

Cabe ressaltar que os impactos das decisões tomadas, independentemente de acertadas ou não, reverberarão por muito tempo. O simples fato do calendário acadêmico ter sido suspenso, um alto índice de transferências de alunos para outras instituições além da baixa procura para o processo seletivo, traz consequências de vital importância para própria sobrevivência da instituição. O montante financeiro destinado a ela depende diretamente do bom desempenho em números como a taxa de evasão, a taxa de conclusão e taxa de retenção por ciclo. Com base nesses indicadores é que podem ser pleiteados recursos de melhorias de cunho patrimonial como a construção de um novo conjunto de salas ou aquisição de equipamentos para laboratórios ou mesmo livros para biblioteca e de cunho pessoal como o incremento no quadro de professores e técnicos administrativos.

Daqui para a frente, a educação passará por muitas transformações e ressignificações. Nessa direção, estudos que considerem a Educação executada em tempos de pandemia seus erros e acertos, parecem válidos para pensar a educação do futuro.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a educação a distância do Brasil. Campinas: **Educação e Sociedade**. Abril de 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/f/esa/lypWm7vFNqhpZYMtjn8kHZD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30/01/2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. Brasil **Diretrizes Nacionais #PÁTRIAVACINADA**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao> Acesso em: 28/10/22.

BREDA, Diogenes. Moura. Ciência e Tecnologia na América Latina: reconstruir o debate. **Revista Latinoamericana**, v. 01, p. 21-24, 2015.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: **TIC Educação 2019**, Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/educacao/analises/> Acesso em 28/02/2022.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, (79), 71-94. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>. Acesso em: 23/02/2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Editora Almedina, abril de 2020.

VELHO, Léa. Conceitos de Ciência e a Política Científica, Tecnológica e de Inovação. **Sociologias**, 13 (26), 128-153. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000100006>. Acesso em: 23/11/2021.

WINNER, Langdon. "Do Artifacts Have Politics?" In WINNER, L. "The Whale and the Reactor – **A Search for Limits in an Age of High Technology**". Chicago: The University of Chicago Press, 1986 p. 19-39.